

Duas doutrinas em confronto

Brasília — Caberá ao Presidente em exercício, José Sarney, clarear o caminho a ser seguido pela Nova República em sua política econômica. Enquanto o Ministério do Planejamento considera prioritária uma redução das taxas de juros internas, como forma de evitar um novo surto recessivo, o Ministério da Fazenda entende como fundamental um rígido controle monetário, com elevação das taxas de juros, como pressuposto à redução da inflação.

Se dependesse dos seguidores do Ministro João Sayad, haveria uma flexibilidade da política monetária, com um aumento na oferta de crédito, fixando em contrapartida uma dura política fiscal através do rígido controle dos gastos públicos. Na última reunião do Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (Comor), o assunto foi exaustivamente debatido e chegou a ocorrer uma certa compreensão dos discípulos de Francisco Dornelles à tese da Seplan.

Base monetária

As posições antagônicas cristalizadas nos dois Ministérios responsáveis pela execução da política econômica do Governo, que estão sendo bem administradas, pelo menos por enquanto, podem ser exemplificadas na prática através das previsões dos dois lados quanto ao comportamento da base monetária ao longo de 1985.

Enquanto na Seplan se estima uma expansão da base monetária ao longo de 85 na faixa de 180%, os assessores mais chegados ao Ministro Dornelles pensam que a expansão não ultrapassará a 120%. O Ministério do Planejamento está sendo mais generoso quanto aos índices inflacionários, enquanto na Fazenda se imagina uma contenção mais rigorosa dos preços.

A Assessoria Técnica e Econômica do Ministro João Sayad imagina a adoção de alguns mecanismos destinados a permitir uma queda das taxas de juros. Um deles seria a redução dos impostos incidentes sobre as operações financeiras, caso do Imposto sobre Operações Financeiras (IOP). Mesmo aqui, conforme relatou um assessor de Sayad, a aplicação destas isenções teria de ser meticulosa para não afetar a capacidade arrecadadora da União.

Política de endurecimento

Até agora, apesar dos progressos obtidos nas discussões dentro do Comor, a assessoria direta do Ministro Dornelles ainda não se convenceu da necessidade de fazer um abrandamento da política monetária. Os técnicos remanescentes da equipe do ex-Ministro Delfim Neto alia-

dos à equipe do Presidente do Banco Central, Antonio Carlos Lemgruber, continuam diagnosticando remédios amargos para o saneamento da economia brasileira.

O endurecimento da política monetária, via aumentos das taxas de juros, continua sendo o figurino do Ministério da Fazenda. Segundo confidências de um assessor do Palácio do Planalto com acesso aos assuntos de natureza econômica, apesar da boa vontade anunciada de público pelo Ministro Francisco Dornelles, a liberação de recursos para a comercialização da safra agrícola não está tão fácil.

A Seplan contesta essa parcimônia de recursos para a comercialização da safra agrícola, alegando que a safra já está colhida, e não liberar a verba seria jogar para frente uma explosão inflacionária. A questão é explicada assim: sem dinheiro para a comercialização de produtos básicos como arroz, milho e feijão, o Governo Federal corre o risco de não formar estoques reguladores para os gêneros de primeira necessidade. Sem estoques haveria a necessidade de importar alimentos e, junto com isso, uma pressão desses produtos sobre os índices de preços.

Questão política

No fundo, comentou um assessor do Ministro Dornelles, as divergências na área econômica refletem as disputas políticas existentes dentro do conjunto de forças que compõe a Aliança Democrática. Com o prolongamento da ausência do Presidente eleito Tancredo Neves dos centros de decisão do poder, o Presidente em exercício José Sarney decidiu buscar apoio político dentro da facção pemedebista de esquerda e mandou executar o programa de emergência. Tal programa, repellido liminarmente pelo Ministro Dornelles, significa, na prática, um reordenamento das aplicações dos recursos financeiros destinados aos programas sociais, especialmente do Fundo de Investimento Social (Finsocial).

O caso Sulbrasileiro também faz parte dessa disputa política dentro da Aliança Democrática. A Seplan tem um estudo reservado mostrando ser menos oneroso para a União garantir os 25 mil empregos gaúchos afetados pela intervenção nos dois bancos do Rio Grande do Sul, por um período de seis meses, do que retirar dinheiro do orçamento fiscal, no valor de Cr\$ 900 bilhões para recuperar o Sul Brasileiro e o Habitasul.

A proposta enviada ao Congresso contempla a tese oposta à da Seplan, mas dificilmente será aprovada porque o braço de sustentação de João Sayad, o PMDB, só está disposto a pagar este preço se as duas instituições financeiras gaúchas vierem a ser estatizadas.